



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS EM BALÍSTICA – APBAL/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12311336/2019-APBAL/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08200.007548/2019-54

1. **DO OBJETO**

1.1. Aquisição de um Microscópio Eletrônico de Varredura - MEV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Microscópio Eletrônico de Varredura - MEV	25607	Unid	1	1.950.000,00

1.2. **Descrição do objeto**

1.2.1. O Microscópio Eletrônico de Varredura com detectores de elétrons secundários (SE), elétrons retro-espalhados (BE) e sistema de análise de raios X por energia dispersiva (EDS) deve possuir as seguintes características:

1.2.1.1. Possibilidade de trabalhar nos diferentes modos: alto vácuo (HV) com pressão de 1x10⁻³ Pa (ou menor), baixo vácuo (LV) com pressão de até 100Pa (ou maior), e módulo de extensão de baixo vácuo para até 2000 Pa (ou maior), com a preservação da amostra;

1.2.1.2. Transição automática de baixo vácuo para alto vácuo sem a necessidade de acessar a câmara, sendo aceito a necessidade de acesso à câmara para alteração para operação no modo de baixo vácuo estendido;

1.2.1.3. Imagem de elétrons secundários em todas as faixas de pressão de trabalho;

1.2.1.4. Imagem de elétrons retro-espalhados em alto vácuo e baixo vácuo, bem como, apresentar contraste de número atômico nas faixas de aceleração do feixe do equipamento (30kV);

1.2.1.5. Possibilidade de imageamento simultâneo por elétrons secundários e retro-espalhados;

1.2.1.6. Técnica de varredura prevenindo/minimizando carregamento da superfície de amostras não condutoras.

1.2.1.7. Sistema de amortecimento de vibração;

1.2.1.8. Bomba de vácuo do tipo turbo;

1.2.1.9. Resolução de no mínimo 3,00 nanômetros em elétrons secundários e de no mínimo 4,00 nanômetros em elétrons retro-espalhados com tensão de aceleração de 30kV;

1.2.1.10. Voltagem de aceleração de 200 V (ou inferior) a 30 kV (ou superior);

1.2.1.11. Cilindro de Wehnelt adicional;

1.2.1.12. Conjunto de 60 filamentos compatíveis com o equipamento;

1.2.1.13. Mínimo aumento deve ser o necessário para que sejam visualizadas todas as amostras no suporte/estágio de amostras;

1.2.1.14. Máximo aumento deve ser de mínimo 500.000 X ou superior;

1.2.1.15. Câmara com dimensões internas de 230mmx150mmx100mm ou superior;

1.2.1.16. Suporte de amostras para 5, ou mais, “stubs” de 0,5 polegada de diâmetro, cada um; e suporte de amostras metálicas;

1.2.1.17. Estágio de amostras motorizados em 5 eixos (x, y, z, rotação e inclinação) com inclinação e rotação eucêntrica;

1.2.1.18. Movimentação dos eixos: x = y = 100 mm e z = 50 mm, ou superiores;

1.2.1.19. Suporte do tipo morsa para fixação de amostras [Vise holder];

1.2.1.20. Câmera de vídeo;

1.2.1.21. Câmera digital para navegação nas áreas de interesse do porta-amostras integrado ao software do MEV;

1.2.1.22. Detector de EDS para análise de todos os elementos químicos a partir do Berílio;

1.2.1.23. Detector EDS deve ser refrigerado termoeletricamente, sem a necessidade de N₂ líquido;

1.2.1.24. Detector de EDS operacional em todas as faixas de pressão de trabalho;

1.2.1.25. Resolução do detector de EDS menor que 129eV, medida em Mn Ka, com área ativa de pelo menos 40mm² e com contagem mínima de 100.000cps;

1.2.1.26. Programa para análise qualitativa e quantitativa usando algoritmos de correção (ZAF);

1.2.1.27. Oferecer modo de análise pontual, linha e área por raios X/EDS, busca automática de fases, análise quantitativa de linhas e formato para exportação e importação;

1.2.1.28. Programa para busca automática de resíduos de disparo de arma de fogo (GSR), incluindo controle de estágio de amostras, localização e análise automática de partículas por EDS. O programa de GSR deve realizar análises em GSR clássico (Pb, Ba e Sb) e permitir adaptação para novas munições “ambientais”, “clean range” ou NTA;

1.2.1.29. Os softwares e acessórios devem ser compatíveis para o pleno funcionamento e monitoração de todo o sistema adquirido;

1.2.1.30. Padrões para calibração de aquisições de GSR compatíveis com o porta amostras do equipamento;

1.2.1.31. Kit de calibração para análise de partículas e GSR para ajuste e validação de sistemas MEV/EDS com capacidade de análise automática de GSR (O kit deve ser composto por um STUB contendo uma peça de carbono (entre 6x6 e 10x10mm) na qual estão depositadas partículas de GSR (PbBaSb), compreendendo 100 (cem) partículas (ou mais) com tamanhos entre 0,5 micrometros e 2 micrometros e 3 (três) partículas (ou mais) de tamanhos entre 10 e 25 micrometros. O material deve ser revestido de carbono para evitar carga elétrica e danos às partículas. Um documento certificando a posição XY e a composição química de cada partícula deve ser fornecido com o material.

1.2.1.32. Kit de mil unidades de “stubs” preparados para coleta de GSR, confeccionados de alumínio com fita adesiva dupla-face de carbono acondicionados individualmente em recipientes plásticos e compatíveis com os padrões do item 1.27;

1.2.1.33. Kit básico de preparo de amostras para MEV, incluindo pinças, artefatos para manipulação de amostras;

1.2.1.34. Deve fornecer garantia de 3 (três) anos e assistência técnica no local de instalação do instrumento, incluídos no valor da aquisição do equipamento as peças de reposição e acessórios, bem como atualizações de software;

1.2.1.35. A empresa deverá fornecer todos os itens necessários para a correta instalação e funcionamento do sistema MEV, guardando a completa compatibilidade entre eles, incluindo: computador(es), monitor(es), nobreak compatíveis com a boa performance do respectivo equipamento, além de tomadas especiais (stech ou similar), tubulações, válvulas e registros de controle para: pneumáticos, gases externos acoplados ao equipamento e sistema de vácuo. O nobreak deve fornecer energia para o desligamento do instrumento em tempo hábil, para não danificá-lo. Os monitores deverão apresentar telas com dimensões de no mínimo 22 polegadas;

1.2.1.36. Os materiais deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível e que utilize materiais recicláveis e/ou biodegradáveis. Como forma de minimizar os impactos negativos ao meio ambiente.

1.2.1.37. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura de contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Compete à Área de Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais (APBAL/DPER/INC/DITEC) realizar análises e exames diversos além daqueles relativos às armas de fogo e suas munições. A caracterização física de materiais é feita utilizando-se diferentes equipamentos, dentre os quais o Microscópio Eletrônico de Varredura - MEV, imprescindível na detecção e caracterização de resíduos provenientes de disparo de armas de fogo (GSR – GunShot Residues).

2.2. Além dos exames de detecção de GSR, o Microscópio Eletrônico de Varredura - MEV é utilizado também para análises de gemas, barras de ouro, tinta, metais pesados em ossadas humanas, papel moeda e elementos raros. São atendidas as requisições provenientes de todo o país e todos os GSRs requisitados pelo Instituto de Criminalística (IC) e pelo Instituto de Medicina Legal (IML) do Distrito Federal, totalizando uma média anual de sessenta (60) Laudos.

2.3. Ocorre que o Microscópio Eletrônico de Varredura - MEV instalado na APBAL completará em 2018 doze (12) anos de atividade ininterrupta e já apresenta alguns problemas inerentes à sua idade, sendo alguns crônicos, por conta do esgotamento da vida útil dos detectores responsáveis pelas imagens e pela discriminação dos elementos químicos que compõem a amostra examinada.

2.4. Ante o exposto, fica evidente a necessidade da aquisição de um novo Microscópio Eletrônico de Varredura - MEV de modo a assegurar a continuidade operacional da APBAL.

2.5. O prejuízo decorrente da interrupção das análises com o Microscópio Eletrônico de Varredura - MEV atingirá a PF como um todo e as demais criminalísticas Estados e, em maior grau, o Instituto de Criminalística e o Instituto de Medicina Legal da Polícia Civil do Distrito Federal.

2.6. Dessa forma faz-se necessário a aquisição de um Microscópio Eletrônico de Varredura - MEV para atender às necessidades da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única, a serem entregues na Diretoria Técnico-Científica - DITEC/PF no seguinte endereço: SAIS quadra 7, lote 23, edifício INC - Setor Policial Sul - Brasília/DF - CEP: 70.610-200.

4.2. O fornecedor deve apresentar o “*site preparation*” ou o projeto de adequação de local *in situ*, incluindo rede elétrica, vibrações mecânicas e outros julgados necessários para o bom funcionamento do instrumento.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. GARANTIA

5.1. O fornecedor dará garantia ao(s) equipamento(s) ofertado(s), com assistência técnica *in loco*, ou seja, no local de uso do equipamento, conforme descrito no item 1.2.1.34.

5.2. A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergências nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a Administração.

5.3. Os serviços de manutenção efetuados durante o período de garantia deverão ser executados, sem qualquer ônus para a Administração, pelo fabricante ou por empresa(s) que integre(m) a rede de assistência técnica autorizada pelo fabricante, com reposição do equipamento em até 30 (trinta) dias.

5.4. Quando da necessidade de execução de qualquer prestação de serviço de manutenção durante o período de garantia, esta deverá ser prestada *in loco* mediante solicitação formal por parte da contratante, ou por representante da Unidade da PF onde os equipamentos foram entregues ou estão em utilização.

5.5. Os equipamentos poderão ser alocados em quaisquer unidades de criminalística da Polícia Federal, locais onde deverão ser realizados os serviços de manutenção e as assistências técnicas.

5.6. Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a Administração comunicará o fato, por escrito, ao fornecedor, acordando o prazo para correção dos defeitos.

5.7. Caso esses defeitos resultem em importação de peça/parte do(s) equipamento(s), essa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a contar da comunicação dessa necessidade à Administração.

5.8. O fornecedor deverá indicar uma ou várias empresas com sede no Brasil, com representação reconhecida e autorizada pelo fabricante e capacitadas a prestar serviços de assistência técnica durante o período de garantia e após este, bem como a relação completa de toda a rede de assistência técnica autorizada em funcionamento no território nacional.

5.9. A CONTRATADA tem prazo de até 10 (dez) dias para comparecer ao local onde se encontra o equipamento, a partir da confirmação do recebimento de sua convocação, para prestar os serviços de manutenção corretiva durante o período de garantia.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e/ou inglês da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei 8.666/93 e no art. 5º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG de 19/01/2010 o licitante deverá fornecer, no que couber, documento comprobatório de sustentabilidade ambiental dos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens.

7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11. DO PAGAMENTO**
- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.11.0.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.8. O reajuste será realizado por apostilamento
- 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 13.1.1. Por ser uma compra de equipamento, conforme item 1.1 deste Termo de Referência, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do equipamento.
- 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. fraudar na execução do contrato;

- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3, 14.3.4 e 14.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 15.1. As despesas para atender a esta operação estão programadas em dotação própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200406

Fonte: (0100000000)

Programa de Trabalho: 06.112.2112.2000.0001

Elemento de Despesa: 449052

Plano Interno: 2019 (PF 99900AG19)

Brasília/DF, 11 de outubro de 2019.

Eduardo Makoto Sato
Perito Criminal Federal
Integrante Requisitante Titular

André Lima Logrado
Perito Criminal Federal
Integrante Técnico

DESPACHO

1. Concordo com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com o Inciso II, Art. 9º, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.
2. Aprovo este Termo de Referência tendo em vista o mesmo atender ao Disposto na Legislação da modalidade de licitação Pregão eletrônico.
3. Autorizo a abertura de licitação do tipo Pregão Eletrônico.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Diretor Técnico-Científico

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LIMA LOGRADO, Perito(a) Criminal Federal**, em 14/10/2019, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO MAKOTO SATO, Perito(a) Criminal Federal**, em 14/10/2019, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Ordenador de Despesa**, em 24/10/2019, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12665831** e o código CRC **FFB9D9C6**.

Referência: Processo nº 08200.007548/2019-54

SEI nº 12665831